

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **RECURSO ESPECIAL Nº 1.809.250 - SP (2019/0105337-0)**

**RELATORA** : MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
**RECORRENTE** : LATAM AIRLINES GROUP S/A  
**RECORRENTE** : ABSA AEROLINHAS BRASILEIRAS S/A  
**ADVOGADOS** : EDUARDO LUIZ BROCK - SP091311  
SOLANO DE CAMARGO - SP149754  
LUCIANO DE ALMEIDA GHELARDI - SP186877B  
BRYAN CONRADO MARIATH LOPES - SP266801  
**RECORRIDO** : LIBERTY SEGUROS S/A  
**ADVOGADO** : LUIZ ANTONIO DE AGUIAR MIRANDA E OUTRO(S) -  
SP093737

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REGRESSIVA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

1. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a oposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
2. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado quando suficiente para a manutenção de suas conclusões impede a apreciação do recurso especial.
4. Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere ao cumprimento da finalidade do protesto, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.
5. A decisão monocrática não se presta à caracterização de dissídio jurisprudencial.
6. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
7. Recurso especial não conhecido.

### **DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por LATAM AIRLINES GROUP S/A e outra, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

**Recurso especial interposto em: 06/09/2018.**

**Concluso ao gabinete em: 30/05/2019.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**Ação:** regressiva de ressarcimento de danos, ajuizada por LIBERTY SEGUROS S/A, em face das recorrentes, em decorrência de contrato de transporte aéreo de mercadorias.

**Sentença:** julgou procedente o pedido para condenar as recorrentes ao pagamento de R\$ 5.447,70, além de correção e juros de 1% ao mês.

**Acórdão:** negou provimento à apelação interposta pelas recorrentes.

**Embargos de declaração:** opostos pelas recorrentes, foram rejeitados.

**Acórdão em juízo de retratação:** sob novo fundamento, manteve decisão anterior, nos termos da seguinte ementa:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - Interposição com o propósito de discutir a aplicação da Convenção de Varsóvia - Devolução à Turma Julgadora para eventual juízo de retratação, nos termos do artigo 1040, inciso II do NCPC, em face do decidido no Recurso Extraordinário nº 636.331/RJ que estabeleceu a prevalência dos tratados internacionais sobre o CDC nos termos do artigo 178 da Constituição Federal - Repercussão Geral estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal, no âmbito do RE 636.331/RJ, restrita aos casos de transporte internacional de passageiros por via aérea, incluindo as respectivas bagagens - Inaplicabilidade ao caso em análise, que se trata de transporte exclusivo de carga, no qual vigora a posição do STJ, nos termos do REsp 1.289.629/SP, que estabelece a não limitação do dever de indenizar do transportador aéreo, se o dano advém de causa externa - Hipótese de devolução dos autos para a Presidência de Direito Privado para proceder o exame da admissibilidade do recurso extraordinário interposto, nos termos do artigo 258 do Regimento Interno desta Corte e artigo 104 do NCPC CPC - Decisão colegiada mantida. (e-STJ, fl. 800)

**Recurso especial:** alegam ofensa aos arts. 732, 744, 745, 750 e 754 do CC; arts. 10, 20 e 23 da Convenção de Montreal, bem como dissídio jurisprudencial. Sustentam que: *i*) não foi apresentada reclamação no momento da retirada da carga, de modo que o direito subrogado foi atingido pela decadência; *ii*) o expedidor da carga não lançou no conhecimento de transporte

o valor da carga transportada e, desse modo, assumiu o risco de obter indenização limitada ao peso da carga supostamente extraviada; *iii*) deveria ter sido aplicada a Lei 7.565/86 à presente hipótese, em razão da avocação do princípio da especialidade das normas jurídicas.

## **RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

### ***- Da ausência de prequestionamento***

O acórdão recorrido não decidiu acerca de suposta violação dos arts. 732, 744, 745, 750 e 754 do CC; arts. 10, 20 e 23 da Convenção de Montreal, nos moldes pretendidos, apesar da oposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível.

Aplica-se, nesse caso, a Súmula 211/STJ.

### ***- Do reexame de fatos e provas e fundamento não impugnado***

O TJSP, assim se manifestou para o deslinde da controvérsia:

Isto porque, embora não tenha sido realizado o protesto propriamente dito, é de ser considerado que a vistoria aduaneira, no caso, efetivamente o substituiu, na medida em que acompanhada diretamente por preposto da ABSA, conforme ressalvado pela condutora da lide e demonstrado pelos documentos carreados à inicial.

Portanto, sendo inconteste que as rés tiveram ciência de todos os fatos acerca do extravio parcial das mercadorias que eram por si transportadas, tão logo foram elas desembarcadas, não há que se falar em perda do direito de ação.

Deve ser levado em conta, também, que a finalidade da referida notificação é dar ciência dos fatos ao transportador, para que possa de imediato tomar todas as cautelas e providências necessárias à apuração do ocorrido, que incontestemente ocorreu no caso dos autos.

Não é demais mencionar, também, que o art. 31 da Convenção de Varsóvia não eleva a falta de notificação a condição essencial de validade do negócio jurídico, não cabendo, pois, ao intérprete fazê-lo.

Finalmente, aplicável ao caso o artigo 241 do Código de Processo Civil, que assevera que: "Quando a lei prescrever determinada forma, sem cominação de nulidade, o juiz considerará válido o ato, se realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade".

# *Superior Tribunal de Justiça*

Assim, se por meio da vistoria aduaneira se atingiu a finalidade reservada ao protesto, nenhuma nulidade houve, sendo, consequente, válido o ato praticado. (fls. 316/317, e-STJ)

Desse modo, como tais fundamentos não foram impugnados, deve-se manter o acórdão recorrido. Aplica-se, no caso, a Súmula 283/STF.

Ademais, alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere ao cumprimento da finalidade do protesto, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

## ***- Da divergência jurisprudencial***

No que tange ao alegado dissídio com precedente desta Corte, cumpre asseverar que a comprovação da divergência jurisprudencial exige o confronto entre acórdãos, motivo pelo qual é inadmissível o uso de decisão unipessoal para essa finalidade. No mesmo sentido: AgInt no AREsp 606.001/MG, 4ª Turma, DJe 22/11/2017 e AgInt no AREsp 1.032.824/RS, 3ª Turma, DJe 18/05/2017.

Quanto à alegada divergência com aresto do TJ/RJ, verifica-se que entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 1029, §1º do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

Constata-se, por fim, da leitura das razões do recurso especial, que, quanto à alegada divergência jurisprudencial, a parte recorrente agravante não indicou violação a qualquer dispositivo infraconstitucional, o que importa na inviabilidade do recurso especial ante a incidência da Súmula 284/STF.

Não é possível o conhecimento do recurso especial fundado no dissídio jurisprudencial na hipótese em que não há a devida indicação de qual dispositivo de lei teria sido ofendido. Isso porque o entendimento do Superior Tribunal de Justiça preconiza que o apelo excepcional sustentado na

# *Superior Tribunal de Justiça*

dissidência pretoriana depende do apontamento do artigo de lei violado, sob pena de incidência da mencionada súmula, como ocorreu na hipótese. No mesmo sentido: AgRg no AREsp 637.381/SP, 4ª Turma, DJe de 02/03/2016 e EDcl no AREsp 806.419/SP, 3ª Turma, DJe de 22/02/2016.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Alerto que a interposição de recurso contra esta decisão, declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1021, §4º e 1026, §2º do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

Ministra NANCY ANDRIGHI  
Relatora